



**Nações Unidas**  
**CABO VERDE**  
*Juntos na acção*

*Plano Anual de Trabalho “One UN” 2014*



## **Plano Anual de Trabalho «One UN» 2014**

<b>PILAR</b>	<b>Orçamento 2014 (USD)</b>	<b>%</b>
<b>PILAR I</b> Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	3,208,963	20
<b>PILAR II</b> Consolidação das instituições, democracia e cidadania	5,480,435	34
<b>PILAR III</b> Redução das disparidades e iniquidades	1,648,500	10
<b>PILAR IV</b> Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas	5,945,303	36
<b>TOTAL</b>	<b>16,283,201</b>	<b>100</b>


<b>Agência</b>	<b>Orçamento (USD)</b>
FAO	3,632,463
OHCHR	15,000
OIM	35,000
OIT	1,118,200
OMS	1,113,670
ONU HABITAT	220,000
ONU MULHERES	455,740
ONUDC	786,710
ONUDI	1,482,321
PAM	220,000
PNUD	4,881,400
UNCTAD	26,100
UNEP	150,000
UNESCO	10,000
UNFPA	905,000
UNICEF	540,000
UNOPS	546,750
UNV	144,847
<b>TOTAL</b>	<b>16,283,201</b>



**Nações Unidas**  
**CABO VERDE**  
*Juntos na acção*

Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR I	Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	
Agência Líder	FAO	
Agência co-Líder	ONU DI	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	1,486,963
	UNCTAD	26,100
	OIT	500,000
	ONU DI	465,141
	PAM	50,000
	PNUD	490,000
	UN WOMEN	55,600
	UNFPA	60,000
	UNICEF	40,000
	UNV	35,159
TOTAL	3,208,963	
Parceiros nacionais	MTIE, MRE, CI, CPE, ARFA, MDR, FICASE, M. Culture, ADEI, ACS, MJEDRH, IC, MAHOT, MS, CM Praia, MIEM, INDP, ICIEG	

**Pelo Governo de Cabo Verde:**

  
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros



26/02/2014

Data

**Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:**

  
Coordenadora Residente



26/02/2014

Data

**Nações Unidas**  
**CABO VERDE**  
*Juntos na acção*



Plano de Trabalho 2014 One UNV				
PIRAN 1: Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza				
Produtos	Atividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano)	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p><b>Objetivo 1.1:</b> As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apóiam e compatibilizam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis.</p> <p>1.1.1. A integração do Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.</p>	<p>Atividades principais do UNDAF para 2012-2016</p> <p>Reforço das capacidades dos Ministérios/Instituições implicadas para o cumprimento com os compromissos da OMC, acordos internacionais sobre questões relacionadas com comércio, promoção dos investimentos, exportação e competitividade.</p> <p>Atualização do sistema de qualidade nacional: em consonância com os esforços a nível da CDEAO e em estreita cooperação com o Instituto de qualidade nacional, assistência técnica e apoio para desenvolver as regras de qualidade nacional e reforçar do quadro regulamentar, para facilitar uma maior integração da economia no sistema de comércio multilateral bem como para aumentar a proteção do consumidor no país.</p> <p>Assistência técnica para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação que contribuem para a criação de emprego e de um crescimento pró-pobre.</p> <p>Assistência técnica ao desenvolvimento do turismo durável, ecoturismo e o turismo natureza, conforme à estratégia de parceria público-privada para um turismo durável em Cabo Verde (2010-2015), incluindo gestão da marca de produtos emade in CV's.</p>	<p>UNCTAD</p> <p>ONUDI</p>	<p>Apelo ao Governo de Cabo Verde e os parceiros nacionais responsáveis pelas questões económicas e financeiras, seu cumprimento dos compromissos da OMC e dos acordos internacionais e regionais que o país tem assinado.</p> <p>Apoio técnico em questões e relativas à concorrência, promoção de investimentos e na gestão de atividades, afim de fomentar a integração de Cabo Verde a sistema de comércio internacional.</p> <p>Apoio na criação de empregos em setores chave como o turismo e indústrias criativas, para permitir a inclusão das partes interessadas, incluindo o setor privado e a sociedade civil.</p> <p>- Plano Estratégico 2014-2016 do Instituto de Gestão da Qualidade validado e em implementação</p>	<p>26,100 \$</p> <p>2,000 \$</p>
<p>1.1.2 Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.</p>	<p>Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do empreendedorismo: reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais na economia para implementar e monitorizar as medidas de reforma do ambiente de negócios, em particular para realizar funções regulamentares e administrativas, prestar serviços de qualidade para o setor privado de forma eficaz, eficiente e transparente e para melhor facilitar uma ampla visão das atividades empresariais em linha com o plano de ação para a reforma do ambiente de negócios.</p> <p>Promoção dos investimentos: capacitação da Agência de Promoção dos Investimentos para apoiar o investidor na tomada de decisão, contribuir para a formulação de políticas e unificar as partes interessadas na promoção do investimento em volta de uma visão comum com base na evidência empírica.</p> <p>Competitividade industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidências, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o setor público privado, através do comité e outras actividades comuns.</p> <p>Agro-pecuária e pescas: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas</p> <p>Cultura e Indústrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos</p>	<p>ONUDI</p> <p>UNV</p> <p>ONUDI</p> <p>ONUDI</p> <p>ONUDI</p> <p>UN WOMEN</p> <p>FAO</p> <p>PAM</p>	<p>Relatório sobre o investimento em Cabo Verde elaborado</p> <p>20 Técnicos do Governo reforçam capacidades e desenvolvimento de clusters e cadeias de valor</p> <p>Projeto para a instalação de uma Unidade de Análise Estratégica da Competitividade Industrial e Comercial elaborado e fundos mobilizados.</p> <p>Estudo sobre o Sistema Nacional de Inovação realizado para melhorar a inovação industrial e aplicação da ciência, tecnologia e inovação em toda a economia</p> <p>1) Análise social e de género em matéria de água, saneamento e terra, com base nos dados e informações disponíveis na base de dados, em conformidade com IDU a ser assinado com o I/MCA-CV</p> <p>Um estudo sobre a utilização de água das barragens para criação de peixes é realizado</p> <p>Um Plano Estratégico de Extensão Rural e Comunicação é elaborado</p> <p>Um Plano Estratégico sobre a Investigação Agrária em Cabo Verde é elaborado</p> <p>Estratégia de mobilização de recursos estabelecida promovendo a participação sector privado no reforço do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE</p>	<p>37,641 \$</p> <p>1,688 \$</p> <p>8,500 \$</p> <p>1,688 \$</p> <p>15,000 \$</p> <p>10,000 \$</p> <p>9,500 \$</p> <p>40,000 \$</p> <p>60,000 \$</p> <p>67,000 \$</p> <p>50,000 \$</p>
<p>1.1.3 Políticas e programas de crescimento sustentável e de redução da pobreza e vulnerabilidades, com atenção específica às mulheres e crianças são elaborados, implementados e monitorizados, com base em evidências.</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento institucional, organizacional e de recursos humanos para estudos prospetivos de longo prazo sobre setores chave (emprego, eficiência da população, financiamento do sector social, incluindo a saúde e proteção social, espaço e sistema fiscal, acesso a serviços básicos)</p> <p>Assistência técnica e institucional para a análise do impacto económico e social das políticas públicas sobre os mais vulneráveis e identificação de estratégias e programas alternativos de redução da pobreza e vulnerabilidade</p>	<p>PNUD</p> <p>UNICEF</p> <p>PNUD</p> <p>ILO</p> <p>UNFPA</p>	<p>Apoio na implementação do programa de transferência de renda : 1- Estudo sobre vulnerabilidade em Cabo Verde finalizado, 2-Análise sobre o espaço fiscal realizado,3-Análise sobre capacidade institucional realizado, 4-Capacidades dos quadros das instituições que lidam com a problemática social reforçados em matéria de análise de vulnerabilidade fiscal 5- Opções do programa de transferência de rendas elaborado</p> <p>Apoio na implementação dum Programa para a criação de Emprego em Cabo Verde</p> <p>As análises das projeções demográficas e do impacto sobre sectores chaves da intervenção pública realizadas em apoio a definição da política de população ( Assistência técnica externa, elaboração da análise , Atalier de validação)</p>	<p>90,000 \$</p> <p>40,000 \$</p> <p>800,000 \$</p> <p>60,000 \$</p>
<p><b>Objetivo 1.2:</b> O setor privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.</p>	<p>Estudo de Viabilidade do Fundo de Capital de Risco apresentado em Workshop Nacional</p> <p>Centro de Parcerias e Subcontratação (SPX) estabelecido e em funcionamento, com actividade regulares de benchmarking e de match-making</p>	<p>ONUDI</p>	<p>8,000 \$</p>	



Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultados esperados no fim do ano)	Principais estruturas nacionais responsáveis	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>1.2.1 As MPMEs beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsáveis, e à geração de empregos decentes.</p>	<p>Investimento/Empreendedorismo - Reforçar a capacidade dos formadores de apoio ao desenvolvimento de negócios (BOS - Business Development Support) para garantir uma melhor qualidade e mais serviços de consultoria em melhoria da produtividade, modernização de empresas, eficiência colectiva e redes, desenvolvimento empresarial para as indústrias criativas de forma eficaz e sustentável, apoiar um número crescente de empresários e empresas, incluindo serviços especiais para as mulheres e a diáspora.</p> <p>Assistência técnica para a identificação de soluções financeiras diversificadas, incluindo micro-financeira, fundo de capital de risco e a disponibilidade de dados para medir a inclusão financeira</p>	UNV	<p>Cinco planos de negócios elaborados para cinco incubadoras de rede de incubadoras de Cabo Verde; Cinco gestores técnicos formados em técnicas de gestão e promoção de negócios;</p> <p>Sistema de Monitorização e Avaliação das actividades da ADEI implementado</p> <p>15 formadores capacitados para ministrar acções de formação de consultores nos Programas "Training of Small Business Advisers for Productivity Improvement" (INDEX) e "Training of Trainers on Facilitating Self-help Entrepreneurial Groups" (SHG)</p> <p>12 planos de negócio elaborados e 12 consultores formados em Coaching</p>	ADEI	2,531 \$
		ONUDI	<p>Política de Responsabilidade Social Corporativa desenvolvida e implementada em Cabo Verde</p> <p>30 técnicos / consultores capacitados na elaboração de projectos de investimento e estudos de fiabilidade com a metodologia / software da UNDO Computer Model for Feasibility Analysis and Reporting (COMFAR)</p>	CCISS / CCB-AE	2,000 \$
<p>1.2.2 As empresas do sector privado, nomeadamente as MPMEs, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.</p>	<p>Melhoria da qualidade da infra-estrutura - Fornecer assistência técnica, formação e apoio para o desenvolvimento nacional de infra-estruturas de qualidade e para os empresários, em particular as PMEs, a fim de desenvolver um organismo nacional de normalização e de apoio aos laboratórios na área de testes de paves, em particular (São Vicente), bem como testes de alimentos em geral (Santiago) e para aumentar a sua conformidade às exigências do mercado internacional e padrões de qualidade ou regulamentos técnicos em geral.</p> <p>Segurança alimentar em Cabo Verde: melhorar a saúde pública e segurança alimentar através de uma abordagem abrangente sobre as condições políticas e implementar níveis para o cumprimento dos compromissos assumidos por Cabo Verde no Acordo da OMC sobre medidas sanitárias e fitossanitárias.</p>	UNV		M&C (Ministério da Cultura)	844 \$
		ONUDI	<p>Programa da Qualidade para a África Ocidental revisto, validado e implementação iniciada.</p>	MTIE	2,000 \$
<p>1.2.3 As cadeias de valor de Aproveitamento e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.</p>	<p>Aumentar a produção hidropónica de alimentos.</p> <p>Melhorar as raças animais através da introdução e difusão de técnicas de inseminação artificial</p> <p>Melhorar e aplicar o controlo integrado das principais pragas</p> <p>Planejar e pilotar a aquacultura e melhorar o apoio a pesca artesanal</p> <p>Promover os alimentos e empresas, prioritárias do sector privado melhoraram a implementação de valores integrados sensíveis ao género e desenvolvem as cadeias de fornecimento na área do aproveitamento (John Programme - FAO, ONUDI e ONU MUJHERES)</p>	ONUDI	<p>Cadeia de Valor para as Pescas e Transbordo de Pescas identificada, validada e em implementação</p>	MIEM (Min. Infraestruturas e Eco. Marítima)	5,000 \$
		UNV	<p>Dois Cadeias de Valor no Agro-negócio identificadas e validadas no âmbito do Programa 3AD (African Agribusiness and Agro-industry Development Initiative)</p>	ADEI	5,000 \$
<p>1.3.1 O Governo e os atores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras</p> <p>Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanal</p> <p>Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados</p> <p>Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais.</p>	FAO	<p>Um projecto sobre a reabilitação da cultura do coqueiro em Cabo Verde é elaborado e sua implementação iniciada.</p>	MDR	100,000 \$
		UN WOMEN	<p>Programa de reabilitação e valorização da cultura do caféteiro em Cabo Verde é elaborado e sua implementação iniciada.</p>	MDR	50,000 \$
<p>1.3.1 O Governo e os atores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras</p> <p>Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanal</p> <p>Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados</p> <p>Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais.</p>	ONUDI	<p>O documento do Programa Conjunto (FAO, ONUDI, UN-Mulheres) "Value Chain Development" revisto, validado e submetido a financiamento.</p>	ADEI	2,000 \$
		UN WOMEN	<p>Finalizada e apresentada uma análise de Oportunidades de Mercado e Circuitos de comercialização para grupos de mulheres rurais identificadas/ seleccionadas; (II) 4 grupos de mulheres em actividades económicas apoiadas no aumento da colocação de seus produtos no mercado; (III) melhoradas as capacidades de grupos de mulheres em matéria de produção técnica e dois grupos de mulheres em actividades económicas ligadas ao turismo são apoiadas com aquisição de equipamentos e materiais de produção</p>	ICIEG	36,600 \$
<p>1.3.1 O Governo e os atores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras</p> <p>Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanal</p> <p>Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados</p> <p>Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais.</p>	UN WOMEN	<p>(I) Pelo menos 2 técnicos de cada delegação do MDR capacitados sobre técnicas pós colheita (12 Delegações do MDR); (II) pelo menos 1 sessão de formação de produtores sobre boas práticas pós colheita realizadas em 21 concelhos.</p> <p>Sistema de gestão da qualidade introduzido nos Centros pós colheita no Fogo e em P. Novo;</p> <p>20 técnicos e inspectores capacitados e dotados de um kit básico de verificação da qualidade de hortícolas e frutícolas;</p> <p>Pelo menos 2 projectos pilotos de consórcio de produtores do sector produtivo (agricultura e pesca) com abastecimento das cantinas escolares implementados</p> <p>(II) 20 profissionais de 10 instituições públicas a nível nacional e local melhoram seus conhecimentos sobre melhores práticas na promoção do empreendedorismo e serviços de apoio das mulheres para o sector informal (1 troca de experiências sul-sul e 1 workshop nacional realizado para discutir boas práticas)</p>	MDR	319,963 \$
		UN WOMEN	<p>20 mulheres capacitadas e engajadas no desenho e implementação de um plano de advocacia para a promoção da igualdade de género e direitos das mulheres no trabalho</p>	ICIEG	12,000 \$
<p>1.3.1 O Governo e os atores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos insustentáveis e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras</p> <p>Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanal</p> <p>Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados</p> <p>Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais.</p>	UN WOMEN	<p>O projecto piloto "Compras locais" em curso, em 34 escolas de 6 Concelhos, está concluído, e essa experiência "Compras locais" é alargada de uma forma limitada a mais 5 Concelhos;</p> <p>30 Cantinas das escolas piloto "Compras Locais" melhoradas e adaptadas aos requisitos básicos de higiene, em unidades de alimentação colectiva, em vigor.</p>	Rede das Mulheres Parlamentares	6,000 \$
		FAO	<p>Um projecto sobre a promoção de florestas urbanas, agricultura urbana e periurbana é elaborado e sua execução iniciada</p>	FCASE	750,000 \$
		FAO		MDR	100,000 \$

Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade rurais.

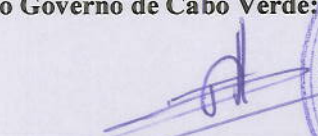
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano)	Principais estruturas nacionais responsáveis	Fundos Disponíveis (Recursos Core e Non- core)
<p>1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora</p>	<p>• Ensino secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equilar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora.</p> <p>• Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP</p>	<p>ONUDI</p> <p>UIT</p> <p>UN WOMEN</p> <p>UNV</p>	<p>- Currículo de Empreendedorismo desenvolvido para o Ensino Secundário Geral e Técnico</p> <p>- 50 professores formados em Empreendedorismo</p> <p>- 12 escolas iniciam a implementação do Empreendedorismo no Ensino secundário em seis ilhas: S. Antão, S. Vicente, S.ã, Boa Vista, Nabo e Santiago.</p> <p>Realizada uma segunda fase de formação para 12 formadores dos Centros de Emprego e Formação Profissional e dos centros de emprego sobre empreendedorismo (a seleção de entre os formadores que participaram na primeira fase de formação)</p> <p>(i) Um documento de projecto para a adaptação dos currículos de formação profissional com base em boas práticas de turismo sustentável sensível ao género, é elaborado para discussão com as entidades parceiras.</p>	<p>MED (Min. Educação e Desporto)</p> <p>IEFP</p> <p>EHT (Escola de Hotelaria e Turismo)</p>	<p>385,000 \$</p> <p>100,000 \$</p> <p>1,000 \$</p> <p>5,000 \$</p>
TOTAL PILAR 1					3,208,963 \$





Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR II	Consolidação das instituições, democracia e cidadania	
Agência Líder	PNUD	
Agência co-Líder	ONU DC	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	1,532,215
	OHCHR	15,000
	OIM	35,000
	OIT	175,700
	OMS	615,670
	ONU HABITAT	60,000
	ONU MULHERES	353,140
	ONU DC	673,710
	PAM	170,000
	PNUD	772,000
	UNFPA	560,000
	UN HABITAT	10,000
	UNICEF	420,000
UNV	88,000	
TOTAL	5,480,435	
Parceiros nacionais	ICIEG, INE, ANMCV, NOSI, MS, INPS, CNPS, MDR, MED, FICASE, CN-UNESCO, MAHOT, MFP, AN, ICCA, MJ, MJEDRH, ONGs, MAI, MIREX, UCI, PGR, CNDHC, CCCD, PJ, PN, UIF, CSMJ, ONGs, OCBs, CSMJ, Plateforme ONGs, CNE	

Pelo Governo de Cabo Verde:

  
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros



26/02/2014  
Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

  
Coordenadora Residente



21/02/2014  
Data

Plano de trabalho anual 2014 "Ora UN"					
PIANT 2 - Consolidação das instituições, democratizada e cidadã.					
Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Mês/Anual 2014 (revisado separado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<b>Etapa 2.1. As administrações nacionais e as instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.</b>					
<p>2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planeamento e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.</p>	<p>1) Apoio à definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género;</p> <p>2) Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais;</p> <p>3) Programa de reforço das capacidades dos agentes de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística);</p> <p>4) Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (CDINE)</p> <p>5) Apoio ao reforço e à integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial;</p>	OIT	As capacidades dos produtores de estatísticas do trabalho são reforçadas através da formação para a implementação de uma resolução sobre as estatísticas do trabalho, adoptada pela 109ª Conferência Intermacional dos Estatísticos do Trabalho (CIST) de outubro de 2013	INE	28,500 \$
		ONU/MULHERES	(i) Relatório sobre o Uso do Tempo publicado e disponível online; (ii) Uma agenda de linhas de pesquisa para o aprofundamento de pesquisas qualitativas sobre o uso do tempo e estatísticas de género definidas e divulgadas; (iv) A metodologia para a integração do trabalho não remunerado nas contas nacionais disponível (colaboração sul-sul); (v) Divulgação da iniciativa de conciliação da vida laboral e do trabalho junto às empresas privadas nacionais (vi) Pelo menos e instituições (como o Ministério de Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Conselho Nacional da Família, Instituto da Criança e do Adolescente, INPS, INE, ICIEG, UNCV/ICIEF) com capacidades e competências melhoradas em matéria de género e que contribuem para o desenvolvimento de políticas sociais com abordagem de género; (vii) Novo recenseamento agrícola - é realizado e melhora a integração da dimensão género e uma análise complementar sobre agricultura e género e elaborada;	ICIEG	48,000 \$
		UNV	i) O Sistema de Informação Sanitária e do Observatório Nacional de Saúde é desenvolvido com o apoio técnico da OMS	Ministério da Saúde	15,000 \$
		OMS	ii) As capacidades das instituições de saúde e outras (pontos focais) para a elaboração do plano de acção nacional para a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) são avaliadas e reforçadas; iii) As capacidades das instituições responsáveis pelo sistema integrado de vigilância e resposta são reforçadas.		58,000 \$
		UNFPA	Capacidade dos CDINES e do INE em matéria de produção dos indicadores necessários para a definição dos programas são reforçadas, nomeadamente no desenvolvimento de instrumentos metodológicos, definição dos indicadores, harmonização dos indicadores sectoriais, etc.		50,000 \$
		UNFPA	Sistema de recolha, análise e difusão de dados reforçado, através da definição dos instrumentos metodológicos e a recolha de dados no terreno com a realização dos inquéritos IMC - Inquérito Multi-objectivo contínuo (módulos sobre o emprego, migração, condições de vida, Governança, paz e segurança) e do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares III.	INE	250,000 \$
		UNICEF	Reforço das capacidades do INE através do apoio técnico do Voluntário das Nações Unidas afecto ao JO nas áreas de estatísticas da população		70,000 \$
		UNDP			30,000 \$
		UNV	Reforço das capacidades do INE através do apoio técnico do Voluntário das Nações Unidas afecto ao JO nas áreas de estatísticas da população		28,000 \$
		FAO	Recenseamento agrícola piloto baseado num manual, com os 17 indicadores previstos pela FAO, elaborado e permite a definição de módulos complementares		



Perfil	Actividade principal do plano de acção UNDAF 2012-2016 (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principais estruturas nacionais responsáveis	Fundo disponíveis (recursos Core + Non-core)
2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planeamento e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.	1) Apoio à definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género; 2) Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais; 3) Programa de reforço das capacidades dos utentes de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística); 4) Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (DOINE) 5) Apoio ao reforço e a integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial;	FAO	(I) Sistema de seguimento da cadeia de abastecimento das cantinas escolares em produtos locais e de hortos escolares definido e implementado; (II) Base de referência para seguimento da segurança sanitária das cantinas escolares desenvolvida e funcional;  Técnicas de recolha e análise de dados sobre diversidade e comportamentos alimentares melhorados e integrados nos inquéritos nacionais.	FIJASE/MDR/INE	277,228 \$
2.1.2 As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e alocação dos recursos, em linha com as standards de eficiência e eficácia intersectorial.	1. Introdução de metodologias e ferramentas, revisão do quadro legal, formação dos RH e elaboração de manuais de procedimentos para a integração do género nos processos nacionais de planeamento e orçamentação. 2. Assistência técnica aos Ministérios nos sectores sociais (educação, saúde, emprego e juventude) no quadro da implementação do programa de reformas das finanças públicas.	ONU HABITAT	1. A segunda fase do Programa Global da ONU-HABITAT (Participatory Urban Upgrading Programme) é reforçada e permite a identificação de projectos prioritários em áreas de desenvolvimento urbano que serão elaborados e aprovados segundo uma abordagem participativa; 2. A estratégia nacional de mobilização de recursos para a melhoria dos assentamentos informais em Cabo Verde é elaborada e socializada; 3. Protocolos celebrados entre ONU-HABITAT, MAHOT e Autarquias Locais sobre os assentamentos informais, sendo que as partes participam em fóruns sobre o PSUP (melhorias dos bairros informais); 4. As capacidades de quadros do novo Instituto Nacional de Gestão Territorial e das Autarquias em matéria de gestão do território são reforçadas	MAHOT, ANMCO	35,000 \$
2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.	1. Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar revisto e do plano estratégico 2012-2016 2. Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos	ONU MULHERES  UNV	1. Análise e formulação de propostas de leis sensíveis ao género concluídas (constituição, leis eleitorais, lei de base do orçamento do Estado, etc.); 2. Pelo menos duas iniciativas de advocacia com autoridades locais e parciais para a adopção da Lei do orçamento do Estado sensível ao género e leis e medidas sobre participação política realizadas 3. Uma proposta de Plano de Acção de Advocacia e respectivo cronograma para a revisão do quadro legal e implementação de um mecanismo de monitorização de políticas e orçamentos sensíveis ao género elaborada e socializada	Rede de Mulheres Parlamentares (com coligação de mulheres)	22,000 \$  9,000 \$
2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.	1. Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar revisto e do plano estratégico 2012-2016 2. Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos	PNUD	1) Profissionais do Tribunal de Contas, da Sociedade Civil e Parlamentares, vêm reforçadas as suas capacidades técnicas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOPS e em Timor Leste/componente Cabo Verde (Pro PALOP-TL, SAU, MP, e CO); 2) Campanha de educação cívica sobre o controlo social na luta contra a corrupção dirigida aos cidadãos a nível nacional são realizadas.	Tribunal de Contas, Plataforma das ONG's	30,000 \$





Projeto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação de actividades)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;  2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;  3. Reforço das capacidades para uma resposta multissetorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;  4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;  5. Reforço técnico para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;  6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	<p>UNFPA</p>	<p>1. Planos Operacionais do Plano Estratégico de Juventude elaborados;  2. Capacidade de Planificação dos Centros de Juventude reforçada através da elaboração dos instrumentos de apoio;  3. Base de dados dos Centros de Juventude criadas em pelo menos 20% dos CEJ no país;  4. Relatório dos CEJ em atendimento em Saúde Sexual e Reprodutiva para os jovens reforçada com criação das salas de atendimento específicos;  5. Participação associativa dos jovens reforçada com criação de plataforma interactiva com base no mapeamento das organizações juvenis realizada em 2013 (em parceria com a Federação Cabo-verdiana da Juventude);  6. Contribuição à realização do Fórum Nacional para a Juventude efectiva, com base em evidências e no quadro do MoU assinado entre as Nações Unidas e o governo.</p>	<p>MEDDH</p>	<p>125.000 \$</p>

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Mesas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo disponível (Recursos Core + Non-core)
		FAO	<p>I. 500 formadores (gestores de polo educativos e professores do ensino básico) capacitados sobre hortas pedagógicas;</p> <p>II. 2000 professores de ensino básico capacitados em hortas, com o instrumento pedagógico;</p> <p>III. 20 técnicos das pedagogias do MDS capacitados 2000 professores do ensino básico capacitados na criação e utilização de hortas como instrumento pedagógico;</p> <p>(i) Estratégias de gestão e sistema de seguimento de hortas pedagógicas definidas;</p> <p>(ii) 150 hortas pedagógicas instaladas nas escolas do ensino básico</p> <p>(i) 3.100 guias sobre alimentação e nutrição para o professor editados e distribuídos a todas as escolas do ensino básico;</p> <p>(ii) Material didáctico sobre alimentação para Pré-Escolar desenvolvido e distribuído;</p> <p>(iii) Monitores do Pré-Escolar capacitados sobre alimentação e nutrição.</p> <p>Filtros de água introduzidos nas escolas piloto e campanha de informação e sensibilização sobre a importância da água potável para consumo realizada</p> <p>(i) 9000 livros de receitas saudáveis editados e distribuídos nas escolas e centros de saúde;</p> <p>(ii) Sessões de culinária participativa realizadas em 20% das escolas ensino básico e em pelo menos uma estrutura de saúde da proximidade</p> <p>i) Capacidades reforçadas das instituições de saúde e mecanismos de gestão e seguimento operacionalizados, no quadro do pacto nacional da saúde, para a implementação, seguimento e avaliação do PNDS</p> <p>ii) Capacidade dos profissionais da saúde reforçada em planificação da saúde com uma abordagem de saúde pública</p> <p>iii) Garantia de apoio técnico e financeiro para a realização do estudo de satisfação dos clientes sobre os cuidados prestados, nos dois Hospitais Centrais são garantidos;</p> <p>iii) Garantia de apoio técnico e financeiro para a realização do estudo descritivo sobre a mortalidade neonatal precoce em Cabo Verde</p> <p>iv) Garantia de apoio técnico e financeiro para a realização do estudo sobre o padrão de mortalidade em Cabo Verde</p> <p>v) Garantia de apoio técnico e financeiro para a realização da formação sobre a utilização da gnosreferenciado em saúde saudável;</p>	IUE  MED/FICASE  IUE/MED/FICASE  FICASE/MS  MS/FICASE	114,227  216,797  245,000  67,328  228,500
		OMS	<p>i) 2000 manuais p/a equipa de cantinas escolares editado e distribuído;</p> <p>ii) Pelo menos 2 formadores por concelho capacitados sobre alimentação saudável;</p> <p>iii) Condições e responsáveis da cantina de pelo menos 50% das escolas do ensino básico de cada concelho formadas sobre manipulação higiénica de alimentos, noções básicas sobre a alimentação e nutrição, implementação de menu diversificada e culinária e autoestima e motivação profissional</p> <p>180 vendeleiras de alimentos junto das escolas capacitadas sobre manipulação higiénica de alimentos e alimentação saudável;</p> <p>Comunidade escolar e consumidores informados e sensibilizados sobre as 5 chaves para uma alimentação segura da OMS (nível nacional)</p>	Ministério da Saúde	30,000 \$
		FAO	<p>1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>		80,000
		OMS		MS/FICASE	68,870
		FAO		MS/CMP/FICASE	15,000
		OMS			45,300
		FAO		ARFA/MS	8,145
		OMS			13,600
			Lei de Alimentação e Saúde Escolar aprovada, adequando o PNASE na política pública do Governo como instrumento de combate a pobreza e promovendo a qualidade da Educação.		10,000
			Estratégia Nacional de Alimentação e Saúde Escolar definida e aprovada, fortalecendo a institucionalidade do PNASE e fortalecendo o seu desenho como programa.		10,000
		PAM	Sistema de seguimento e avaliação desenvolvido e implementado para o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar - PNASE		100,000
			Sistema Logístico do PNASE revisto e melhorado, tornando-o mais eficiente e competitivo		50,000



Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2015)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado ao fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	PNUD	<p>I. A Administração Pública é operante para definição e implementação de políticas públicas e para materializar a reforma do Estado incidindo em particular em: a) reforma das Finanças Públicas normativas; b) Quadro orçamental de médio e longo prazo; c) instrumento que liga a planificação e a orçamentação a nível do Ministério de Finanças aos DPOPS e entidades funcionais; d) Diferente da Administração Pública com capacidade reforçada na formulação de políticas públicas e no reforço da gestão voltada para os resultados; e) Estudo de avaliação de impacto dos viciados da administração pública realizada; f) Avaliação da implementação da agenda da reforma do Estado e do programa da sociedade de transformação realizada; g) Recolha e revisão da legislação necessária ao funcionamento da Administração Pública apoiada e concretizada.</p>	CPE	40.000
		ONU MULHERES	<p>I. 12 planos de acção para a prevenção da VBG nas escolas são desenvolvidos e 30 actividades comunitárias são desenvolvidas; II. 10 técnicos/ técnicas afectos/ afectas aos Centros de Apoio às Vítimas são treinados em género e VBG e técnicas de atendimento especializado; III. 110 profissionais de 11 municípios do país são treinados para a adequação de procedimentos técnicos e institucionais às suas responsabilidades atribuídas pela lei de VBG e respostas coordenadas; IV. Programa de reabilitação de agressores é implementado nas comarcas do país que receberam formação em 2013; V. Garantido o apoio técnico para a melhoria do sistema de dados administrativos da polícia e da justiça em matéria de VBG</p>	ICEG (com sectores)	225.040 \$  22.500 \$
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	OMS	<p>I) Garantido apoio técnico e financeiro para a elaboração do plano de acção nacional, multisectorial, de luta contra as doenças não transmissíveis (DNT) conforme ao plano de acção mundial 2013-2020; II) Capacidades nacionais reforçadas e mecanismos funcionais de seguimento do plano de acção nacional prevenção e controlo das doenças não transmissíveis incluído e coordenado da acção intersectorial; III) Resposta definida e coordenada de luta contra as DNT a nível do UNDAF (conforme a Declaração Política do Encontro de Alto Nível da Assembleia Geral das NU sobre a Prevenção e Controlo das DNT) IV) Garantido apoio técnico ao seguimento da convenção quadro da luta anti-tabaco V) Garantido apoio técnico à elaboração e adopção de metas e indicações nacionais sobre as DNT VI) Capacidade dos serviços e profissionais reforçada para a implementação de normas e protocolos I) Garantido apoio técnico à implementação e ao seguimento do plano estratégico e da lei da saúde mental II) Garantido apoio técnico para a recolha, análise, utilização dos dados, tendências, consequências e os factores de risco das doenças mentais e neurológicas III) Garantido apoio à realização da Análise da Resposta à Saúde Mental (AIMS) IV) Garantido apoio técnico à revisão do protocolo terapêutico e formação dos profissionais de saúde</p>	Ministério da Saúde	10.000 \$  10.000 \$
		OMS	<p>I) Capacidade dos serviços de saúde e transporte rodoviários a nível nacional reforçada para o seguimento da década de acção para a segurança rodoviária (2011-2020) II) Capacidade das estruturas de saúde a nível nacional reforçada para a análise e resposta sobre violências por causas externas (crianças, jovens e mulheres) I) Garantido apoio técnico e capacidades das estruturas de saúde reforçadas para o desenvolvimento do sistema de informação e de gestão dos Recursos Humanos de Saúde (BHS) II) Garantido apoio técnico à planificação e seguimento do plano estratégico de desenvolvimento dos BHS III) Garantido apoio técnico à capacitação dos técnicos do MS sobre normas e métodos de edição de pessoal de saúde IV) Especialização em modo-foveal no exterior de dois profissionais de saúde</p>	Ministério da Saúde	10.000 \$  20.000 \$
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio à elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais; 2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais; 3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças; 4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG; 5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos; 6. Apoio à consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	OMS	<p>I) Garantido apoio técnico à definição do sistema de informação e criação de uma base de dados do sector farmacêutico II) Garantido apoio técnico à realização dos estudos sobre o perfil de prescrição e o acesso aos medicamentos III) Garantido apoio técnico à revisão da Política Farmacéutica Nacional (sua regulamentação) e elaboração do Plano Estratégico para o sector farmacêutico IV) Garantido apoio técnico à definição de um plano de formação contínua para o sector farmacêutico (prioridades comissão nacional de medicamentos, técnicos da DGM, prescritores, farmácia hospitalar entre outros) V) Garantido apoio técnico à formação da comissão nacional de medicamentos</p>	Ministério da Saúde	100.000 \$
		OMI	<p>II) Estratégia Nacional de Erigação e Desenvolvimento consolidada e Comité Nacional de M&amp;D reforçada III) Capacidades institucionais em sectores-chave para a promoção do Desenvolvimento de Cabo Verde (Saúde, Turismo, ICT e Agronegócios) reforçada através da promoção do ingresso temporário de Profissionais Qualificados (projecto TRON III).</p>		

Produto	Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016	Agência	(resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
<p><b>2.1.5 Administração dupla de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.</b></p>	<p>(Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)</p> <p>1. Assistência técnica para a coerência dos instrumentos jurídicos nacionais à luz dos compromissos internacionais 2. Informação e formação dos actores nacionais (corpo jurídico, parlamento, polícia e segurança, sociedade civil, media, público) em relação aos conteúdos e implicações das convenções. 3. Advocacia e assessoria para a implementação de mecanismos interinstitucionais de monitorização da implementação das convenções.</p>	<p>Agência</p> <p>OIT</p> <p>OHCHR</p> <p>PNUD</p>	<p>Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)</p> <p>(i) Negociação sobre os serviços mínimos nos sectores essenciais nos períodos de greve licenciada; (ii) Projecto de Convenção Colectiva do Trabalho (CCT) para o sector bancário elaborado e sua negociação no sector</p>	<p>Apoio Tripartido</p>	57,000 \$	
			<p>Garantido apoio técnico à negociação colectiva no sector do turismo</p>	<p>MEDRH</p>	20,000 \$	
			<p>Garantido apoio à elaboração/actualização do código do trabalho para garantir a adequada consideração das Normas Internacionais do Trabalho</p>		70,000 \$	
			<p>Ações de sensibilização dirigidas aos mandantes da OIT sobre as Convenções 183 (Protecção da maternidade) e Convenção 156 (Igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares) realizadas a nível nacional.</p>	<p>OIT</p>	30,000 \$	
			<p>Reforço das capacidades dos mandantes para: (i) Aplicação efectiva das convenções ratificadas, em particular as que dizem respeito à segurança social, através de acções diversas - sensibilização, formação/divulgação; (ii) Reconhecimento e domínio da Agenda do Trabalho Decente (ATD), em particular nos aspectos relacionados com a protecção social.</p>		28,000 \$	
				<p>Plano estratégico sobre as Normas Internacionais do Trabalho, o diálogo social e a segurança social elaborado pelas organizações sindicais</p>	<p>Sindicatos (UNICT-CS, CCL)</p>	10,000 \$
				<p>O quadro de promoção e consolidação da Saúde e Segurança no Trabalho e Meio Ambiente (SSTE) é implementado.</p>	<p>MEDRH</p>	69,000 \$
				<p>Plano estratégico para a Associação Comercial do Sotavento elaborado e reforço das suas estruturas de gestão garantido.</p>	<p>Associação Comercial de Sotavento</p>	10,200 \$
				<p>i. A conformidade de Cabo Verde com suas obrigações de comunicação a órgãos de tratados e participação na UPR 2 aumentada. ii. As leis nacionais são harmonizadas com os padrões regionais e internacionais iii. NHRI estabelecido em conformidade com o padrão internacional; iv. Cabo Verde ratifica o OPCAT, CPFD e seu protocolo facultativo, CPFD e envia o OPIECOR nas Nações Unidas em Genebra v. Mecanismo nacional de coordenação encarregado de acompanhar a implementação das recomendações dos mecanismos internacionais e regionais criado</p>	<p>OHCHR</p>	10,000 \$
				<p>i. Relatórios do país às convenções das Nações Unidas sobre os direitos dos trabalhadores migrantes, sobre os direitos dos deficientes e sobre a tortura elaborados e enviados às instâncias respectivas; ii. Segundo Plano de Acção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania publicado; iii. Plano de educação cívica para os Direitos Humanos elaborado; iv. Direitos humanos promovidos através da divulgação de convenções de direitos humanos incluindo a convenção de combate à corrupção assegurada; v. Grupo de professores da Praia e do Mindelo formados em linguagem gestual; vi. Visitas dos comissários dos Direitos Humanos às prisões e centros de detenção realizadas (continuação); vii. Site oficial da ONDHC reestruturado.</p>	<p>PNUD</p> <p>ONDHC, Ministério da Justiça</p>	50,000 \$



Produto	Atividade (Actividades principais do plano de acção UNODC 2012-2016)	Agência	Métas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<b>Etapa 2.2: As instituições nacionais responsáveis pela segurança e a justiça garantem e promovem uma maior segurança e os direitos das vítimas, particularmente aos grupos mais vulneráveis.</b>					
2.2.1 O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é actualizado e respeita todos os compromissos internacionais.	1. Apoio na harmonização da legislação nacional com as Convenções Internacionais em matéria de drogas e crime. 2. Assistência técnica na formulação e implementação do Programa Nacional Integrado sobre as drogas e crime.	ONUDC	(i) Quadro legal em matéria de tráfico ilícito de Migrantes, Tráfico de Pessoas e Justiça para Criança revisito, elaborado e aprovado. (ii) Processo de análise da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção retomado e concluído. (iii) Plano Nacional contra a Corrupção reavaliado e validado pelo Governo. (iv) Programa Nacional Integrado de luta contra a Drogas e Crime (MI/ONUDC) implementado de forma contínua.	CCCD/MI, PJ PGR, PN	80.000 \$
2.2.2 A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efectiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.	1. Apoio na melhoria da qualidade analítica das investigações (incluindo questões financeiras) e dos procedimentos penais dos serviços especializados (buros financeiros, clínica forense, médico-legal, cema de crime, etc.) 2. Apoio na capacitação das equipas conjuntas de controlo dos tráficos ilegais nos principais portos e aeroportos	ONUDC	i. Capacidade técnica do laboratório forense da Polícia Judiciária consolidada e evidencia um crescente grau de conformidade com os padrões internacionais e autonomia operacional; ii. Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária reforçada com requisitos mínimos de qualidade e segurança; iii. Operacionalidade das Equipas Conjuntas dos Portos melhorada com a implementação das Normas de Funcionamento Puffo; iv. Capacidade operacional das Células Aeroportuárias Anti-Tráfico a nível nacional reforçada com mais capacitação, instalação e utilização das principais bases de dados disponíveis, nomeadamente o I-2A/7 da Interpol e a CENComm da Organização Mundial das Alfândegas; v. Serviços de prevenção e combate à Lavagem de Capitais (LC) e Financiamento de Terrorismo reforçados em termos de capacidade técnica e operacional; vi. Sector público e privado são sensibilizados em matéria de prevenção da Lavagem de Capitais (LC) vii. Mais 1 centro CBT (Computer Based Training) instalado na região de Belverim e número de passos e agentes de aplicação da lei com formação CBT aproximam-se dos 500; viii. Mais de 100 comunicadores em matéria de prevenção contra a corrupção estabelecida;	CCCD/MI, PJ	275.000 \$
2.2.3 O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir para a prevenção efectiva do uso de drogas e crime urbano.	1. Reforço das capacidades das instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo ONGs/ORBs, famílias e jovens, em matéria de prevenção do uso de drogas e criminalidade urbana 2. Apoio na análise da situação e das tendências do uso de drogas e sua relação com o crime urbano.	OMI	Capacidade reforçada de identificação e assistência a vítimas de Tráfico de seres Humanos de 15 instituições nacionais (Instituições Públicas, PN, ONGs, etc)	MAI	35.000 \$
2.2.4 Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e efectiva.	1. Apoio no reforço das capacidades técnicas dos operadores de justiça criminal 2. Apoio ao desenvolvimento de medidas efectivas para a protecção das vítimas, dos menores e das testemunhas. 3. Apoio na reforma do sistema penitenciário e de reinserção social dos reclusos condenados 4. Apoio no desenvolvimento de estratégias e mecanismos que facilitem a conciliação jurídica e promovam o acesso à informação jurídica, com ênfase nos grupos vulneráveis 5. Apoio ao desenvolvimento e operacionalização de um sistema de alternativas à prisão. 6. Apoio ao desenvolvimento e aconselhamento, bem como os sistemas públicos de defesa. 7. Melhorar a assistência jurídica e o aconselhamento, bem como os sistemas públicos de defesa.	ONUDC	i. Mais 60 membros da ONGs, ORBs, e de Núcleos Concelhos com competências reforçadas em matéria de prevenção de droga e crime nas comunidades a nível nacional; ii. Mais 100 Famílias representativas de todos os concelhos do país com competências reforçadas em matéria de prevenção de drogas e crime a nível nacional; iii. Mais 10 Escolas de ensino secundário e básico com projectos e iniciativas de prevenção de droga a nível nacional; iv. CCD (Comissão de Coordenação do Combate à Drogas) com capacidade técnica e operacional reforçada para coordenação das acções de prevenção - quadro legal revisito e capacidade institucional reforçada; v. Actividades de sensibilização alusivas ao Dia Mundial contra as Drogas realizadas a nível nacional	MI MED	70.000 \$
2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.	1. Apoio na avaliação do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde em conformidade com as normas internacionais 2. Apoio na formulação e implementação de um programa que visa à melhoria da capacidade de resposta do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde.	ONUDC	(i) Profissionais dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social com capacidade técnica e operacional reforçada nas áreas de prevenção e tratamento; (ii) Processo de revisão do quadro legal em matéria criminal iniciado e apresenta propostas visando reforçar a harmonização da ordem jurídica nacional às Convenções Internacionais (assistência técnica e advocacia); (iii) Realizado mais um ciclo de conferência sobre Justiça Criminal no quadro do processo de revisão do Código Penal e Código de Processo Penal; (iv) Profissionais de justiça, especialmente magistrados, com formação especializada em justiça criminal (v) A biblioteca dos Tribunais reforçada com material didáctico	MI/CCCD, DOSPRES, CSMP, CSMI	150.000 \$
2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.	1. Apoio na avaliação do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde em conformidade com as normas internacionais 2. Apoio na formulação e implementação de um programa que visa à melhoria da capacidade de resposta do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde.	ONUDC	(i) Plano de Trabalho 2014 do programa conjunto ONUDC/UNICEF visando a reforma do sistema de justiça para criança implementado, com os seguintes resultados: (ii) Quadro Legal: Assistência técnica no processo de laboração da proposta de lei sobre regime especial eventual revisito da lei de abuso e exploração de menores; (iii) Capacitação: Actores da justiça para criança formados; (iv) Sistema de informação integrado de justiça para criança adaptado a realidade Caboverdeana esboçado e submetido ao governo para aprovação.	MI/CCCD, DGRS	98.710 \$

Produto	Actividade principal do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2014 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
<b>Título 2.3: O diálogo e a participação das diferentes atores sociais e das cidades no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são prioritários.</b>						
<p>2.3.1 A sociedade civil e as cidades aumentam a sua participação nos processos chave de desenvolvimento nacional, incluindo o monitoramento dos ODMs, o seguimento de compromissos internacionais com os Direitos Humanos, a implementação do DCRP, e o engajamento Estado-cidadão reforçado para uma governação responsável e de prestação de contas.</p>	<p>1. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave das mulheres</p> <p>2. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave da juventude</p> <p>3. Advocacia com partidos políticos e tomadores de decisão relativamente às questões das agendas (mulheres/jovens)</p> <p>4. Definição e implementação de plataformas de participação e monitorização de processos-chave, tais como o DECIP</p> <p>5. Desenvolvimento e/ou reforço das estruturas de diálogo social</p> <p>6. Reforço de programas de comunicação e educação para a promoção da cidadania e da participação cívica</p> <p>7. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e iniciativas piloto</p> <p>8. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável</p> <p>9. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e a iniciativas piloto</p> <p>10. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável.</p>	<p>ONU MULHERES</p> <p>UNV</p> <p>OHCHR</p> <p>UNHABITAT</p> <p>UNDP</p> <p>UNFPA</p> <p>UNICEF</p>	<p>I. 35 profissionais de comunicação social treinados em género e VBG para a implementação de campanhas de prevenção e iniciativas de advocacy.</p> <p>II. Desenvolvida estratégia de advocacy para o reforço da institucionalização de respostas à VBG desenvolvida por organizações da sociedade civil;</p> <p>III. Capacidades de advocacy das Ações de Mulheres Parlamentares e coligações de mulheres são aumentadas (em matéria de Direitos Humanos e Mulheres, quadros de normativos e de acção internacionais e nacionais de igualdade de género e direitos das mulheres (trabalho));</p> <p>IV. Elaborada uma proposta de quadro normativo específico para o trabalho doméstico</p> <p>I. Organizações da sociedade civil vêm reforçadas as suas capacidades para a apresentação de relatórios aos mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos;</p> <p>II. Uso crescente por parte da sociedade civil (especialmente jovens e mulheres), dos direitos humanos, dos instrumentos de direitos humanos e os mecanismos internacionais de direitos humanos</p> <p>I) Implementado um plano para a Semana da Cidadania Territorial e Urbana 2014, com debates sobre o tema "Bairros Informais em Cabo Verde" em diferentes fóruns;</p> <p>II) Criada e dinamizada a Rede Nacional de Jovens para o Desenvolvimento Urbano", em particular nos bairros informais.</p> <p>Projeto Piloto de inclusão social dos jovens implementado nos três bairros seleccionados da Praia e com plano de expansão definido:</p> <p>a. 1500 jovens beneficiam das oficinas artísticas e culturais e de apoio escolar e orientação profissional, com o apoio da ONG brasileira Afrogagga;</p> <p>b. 40 jovens multiplicadores estão capacitados para a multiplicação e expansão das ações de formação e inclusão social;</p> <p>c. 4 ONG's nacionais têm a sua capacidade de atuação comunitária e junto aos jovens reforçada, a partir da transferência de tecnologia social (cooperação Sul-Sul)</p> <p>d. 450 famílias destas comunidades beneficiam do acompanhamento técnico familiar por técnicos sociais capacitados no domínio;</p> <p>e. Ao menos 100 crianças e jovens em situação de exclusão ou abandono escolar beneficiam do programa de reintegração escolar, alfabetização e/ou formação técnica e profissional;</p> <p>f. Plano de reintegração escolar e de formação profissional definido com o MED e organizações de formação profissional numa experiência piloto a ser expandida a outros pontos do território nacional;</p> <p>g. Ao menos 20% da população dos 3 bairros (total de 16 mil residentes), beneficiam de ações de promoção para a criação de mecanismos de acesso aos serviços sociais;</p> <p>h. Uma rede de parceiros públicos, da sociedade civil e privados é estabelecida e contribui de forma concentrada com ações que beneficiam estes jovens e suas comunidades.</p>	<p>ICIEG (com Rede de Mulheres Parlamentares e ONGs)</p> <p>ICIEG</p> <p>MANOT</p> <p>MIEDRH, MED, MC e ONG's</p>	<p>57,000 \$</p> <p>13,000 \$</p> <p>5,000 \$</p> <p>10,000 \$</p> <p>85,000 \$</p> <p>40,000 \$</p> <p>30,000 \$</p>	
	<b>TOTAL PILAR 2</b>					5,480,835 \$






**Nações Unidas**  
**CABO VERDE**  
*Juntos na acção*

Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR III	Redução das disparidades e iniquidades	
Agência Líder	OMS	
Agência co-Líder	UNICEF / UNFPA	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	OIT	442,500
	OMS	481,000
	ONU HABITAT	95,000
	ONU MULHERES	47,000
	ONUDC	113,000
	PNUD	150,000
	UNFPA	250,000
	UNICEF	50,000
	UNV	20,000
	<b>TOTAL</b>	<b>1,648,500</b>
Parceiros nacionais	INPS, CNPS, MJEDRH, MS, ICCA, MAHOT, ANMCV, CCCD, MED, CNDHC, Plateforme ONGs, CCS-SIDA, ANV	

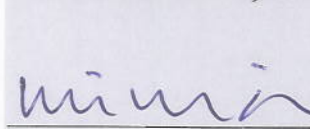
**Pelo Governo de Cabo Verde:**

  
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros



26/02/2014  
Data

**Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:**

  
Coordenadora Residente



Nações Unidas  
**CABO VERDE**  
*Juntos na acção*

26/02/2014  
Data

Plano de Trabalho Anual 2014 Que UNI					
PRIOR 3 : Redução das desigualdades e promoção da equidade					
Produtos	Actividades principais do UNDAE para 2012-2015	Agência	Mês/ano 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principais estruturas nacionais responsáveis	Fundo(s) Disponíveis (Core + Non-core resources)
<p>3.1.1.1. Informações quantitativas e qualitativas estão disponíveis evidenciando a natureza, profundidade, importância e distribuição das disparidades e iniquidades, para a definição de políticas sectoriais adequadas (saúde, HIV, SIDA, educação, emprego, protecção, justiça, habitação).</p>	<p>1) Análises aprofundadas e desagregadas para a caracterização das disparidades e iniquidades no acesso a serviços em sectores-chave</p> <p>2) Assistência técnica para a criação de um sistema de gestão e monitorização das populações vulneráveis</p> <p>3) Assistência técnica e reforço institucional para assegurar a disponibilidade dos dados sobre a pobreza e vulnerabilidade</p> <p>4) Estudo de impacto dos apoios e programas de protecção social a favor das populações vulneráveis em zonas prioritárias</p> <p>5) Análises aprofundadas sobre equidade e sustentabilidade em sectores-chave como a protecção social, entendida de forma abrangente</p>	<p>OT</p>	<p>i) Apoio técnico para concepção e implementação do Cadastro Social e de Beneficiários da Protecção Social fornecido, incluindo o levantamento das necessidades de equipamento, capacitação técnica e outros fornecido.</p> <p>ii) Apoio técnico para socialização do Cadastro Social a vários níveis fornecido (as metas i a iii estão relacionadas com as metas do produto 1.1.3, pilar 1, do PNUD/UNICEF, relativamente à proposta de criação de um programa de transferência de renda)</p> <p>iii) Documento nacional sobre o perfil do trabalho digno finalizado e divulgado.</p> <p>iv) Relatório sobre os indicadores dos ODM relativos ao emprego e ao trabalho digno finalizado e divulgado.</p>	<p>Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (MIEDRH)</p>	<p>327,000 \$</p>
		<p>OMS</p>	<p>i) Apoio técnico fornecido (M. Saúde) em colaboração com as outras agências, nomeadamente ONU MULHERES, UNICEF, UNFPA, UNDP, para a integração do das temáticas de género e deficiência (temas transversais do PNUD) no sistema de informação sanitária e análise do seu impacto nos indicadores de saúde.</p> <p>ii) Apoio técnico fornecido (M. Saúde) à realização do estudo sobre as despesas catastróficas em saúde.</p>	<p>Ministério da Saúde ICEG</p>	<p>15,000 \$</p>
		<p>OT</p>	<p>Apoio técnico para realização do estudo de impacto para implementação de subsídio de desemprego fornecido.</p>	<p>Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos (MIEDRH)</p>	<p>40,000 \$</p>
<p>3.1.2 Políticas sectoriais-chave são revistas para ter em conta as disparidades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.</p>	<p>1) Quadro institucional para a luta contra o trabalho infantil em Cabo Verde foi reforçado;</p> <p>2) Situação do trabalho infantil em Cabo Verde é do conhecimento das instituições e da sociedade e as acções foram tomadas;</p> <p>3) Assistência técnica para identificação de opções de intervenção para respostas específicas às situações de disparidade nos diferentes sectores-chave</p> <p>4) Reforço das capacidades para organização e reforço dos investimentos nos sectores-chave com vista à redução das disparidades mapeadas</p> <p>5) Reforço das capacidades para a elaboração do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social e implementação de projetos-piloto de requalificação Urbana nos bairros espontâneos</p>	<p>OT</p>	<p>i) Avaliação do Projecto IPEC (International Programme on the Elimination of Child Labour) em Cabo Verde elaborada.</p> <p>ii) Relatório do inquérito nacional sobre o trabalho infantil finalizado.</p> <p>iii) Lista dos trabalhos perigosos para as crianças em Cabo Verde finalizada e apresentada.</p> <p>iv) Formação de quadros de administração, no Centro Internacional de Formação da OIT sobre questões relativas ao trabalho das crianças realizada.</p> <p>v) Plano de Acção Nacional contra o trabalho infantil diluído.</p> <p>vi) Atelier de diagnóstico para a análise das necessidades de consolidação da fase 2 do Projecto IPEC realizado.</p>	<p>Instituto Cabo Verdeano da Criança e Adolescente (ICCA)</p>	<p>75,000 \$</p>
		<p>OMS</p>	<p>i) Plano de acção da estratégia nacional de financiamento da saúde, com vista à cobertura universal em saúde e tomando em consideração as determinantes sociais de saúde e temas transversais, tais que, género e deficiência, implementado e monitorizado.</p> <p>ii) Apoio técnico e financeiro fornecido à implementação do quadro das intervenções de reforço do diálogo político e estratégico da saúde com os outros sectores no desenvolvimento do sistema nacional da saúde com vista à cobertura universal (programa Luemburgo-OMS).</p> <p>iii) Apoio técnico à actualização e implementação da Estratégia Nacional da Promoção da Saúde.</p> <p>iv) Apoio técnico fornecido (M. de Saúde) à implementação e ao seguimento da declaração Política do Rio sobre os Determinantes Sociais da Saúde (DSS)</p>	<p>Ministério da Saúde INSS ICEG</p>	<p>170,000 \$</p>
			<p>v) Apoio fornecido (M. Saúde), em colaboração com a ONU MULHERES e outras agências, na adopção das directrizes da OMS e capacitação dos profissionais sobre a abordagem de saúde pública na prevenção da violência baseada no género (VBG).</p>		



Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2013-2016	Agência	Mês/ano 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Cora + Non-core resources)
<p>3.1.2 Políticas sectoriais-chave são revistas para ter em conta as desigualdades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.</p>	<p>1) Quadro institucional para a luta contra o trabalho infantil em Cabo Verde foi reforçado;  2) Situação do trabalho infantil em Cabo Verde é do conhecimento das instituições e da sociedade e as acções foram tomadas;  3) Assistência técnica para identificação de opções de intervenção para respostas específicas às situações de disparidade nos diferentes sectores-chave;  4) Reforço das capacidades para o planeamento e a regulação dos investimentos nos sectores-chave com vista à redução das disparidades mapeadas;  5) Reforço das capacidades para a elaboração do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social e implementação de projectos-piloto de Inqualificação Urbana nos bairros espontâneos.</p>	<p>ONU HABITAT</p>	<p>i) Quadro institucional e plano de acção pormenorizado para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNDUCC) elaborado e aprovado.  ii) Estratégias de Mobilização de recursos e de advocacy do PNDUCC recriadas e aprovadas.  iii) Recursos financeiros garantidos por parte dos parceiros de cooperação, Governo e as autoridades locais que permitam o arranque da implementação do PNDUCC.  iv) Desenvolvimento de capacidades e ferramentas técnicas elaboradas e as subsequentes atividades de capacitação realizadas para facilitar a implementação do PNDUCC.  v) Assistência técnica para facilitar a implementação do PNDUCC na identificação do papel de cada ator de intervenção sectorial determinados visando a formulação de uma Política Urbana Nacional (NUP).</p>	<p>MANOT ANMKCV</p>	<p>50,000 \$</p>
<p>3.1.2 Políticas sectoriais-chave são revistas para ter em conta as desigualdades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.</p>	<p>(i) 15 instituições públicas são capacitadas em transversalização da abordagem de género durante as diferentes fases do processo de elaboração do Plano Nacional de Igualdade (2 workshops and 3 encontros sectoriais); (ii) um "pool" de 20 auditores participativos de género criado e capacitados; (iii) um "pool" de 20 técnicos/ técnicas de diferentes Ministerios treinados em planificação e orçamentação sensível ao género</p>	<p>ONU MULHERES</p>	<p>(i) 15 instituições públicas são capacitadas em transversalização da abordagem de género durante as diferentes fases do processo de elaboração do Plano Nacional de Igualdade (2 workshops and 3 encontros sectoriais); (ii) um "pool" de 20 auditores participativos de género criado e capacitados; (iii) um "pool" de 20 técnicos/ técnicas de diferentes Ministerios treinados em planificação e orçamentação sensível ao género</p>	<p>ICEG (com sectores e MCA (II))</p>	<p>47,000 \$</p>
<p>Efeito 3.2. As instituições centrais, desconcentradas e locais asseguram a prestação equitativa de serviços de qualidade.</p>					
<p>3.2.1 A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.</p>	<p>1) Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UDs, reinserção social de reclusos, entre outros)  2) Reforço das capacidades municipais para a planificação a orçamentação e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres  3) Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo  4) Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos</p>	<p>UNFPA</p>	<p>i) Capacidade técnica dos prestadores de saúde reforçada para seguimento de atendimento pré-natal, planeamento familiar, Atenção Integral à Saúde da Mulher (ASM);  ii) Capacidade técnica dos prestadores de saúde reforçada em Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência (CONU) nas estruturas de saúde com serviço de maternidade  iii) Ministério da Saúde com instrumentos de equipamento e atendimento pré-natal, planeamento familiar, Atenção Integral à Saúde da Mulher (ASM); revisões e implementados  iv) Plano de acção do Ministério da Saúde para a aceleração dos ODMs apoiado técnico e financeiramente nos domínios: formação em cuidados obstétricos e neo-natais de urgência nos diferentes níveis; aprovisionamento de kits de urgência CONU  v) Intervenções eficazes identificadas e implementadas para acelerar o acesso universal à saúde materna, recém-nascido e crianças/boltonas de morte maternas visando a aceleração da realização dos ODMs;  vi) Programa de luta contra o cancro do aparelho reprodutivo apoiado com vista à determinação das necessidades para introdução da vacina contra o HPV e formação técnica em rastreio de cancro colo do útero</p>	<p>Ministério da Saúde ICEG</p>	<p>25,000 \$</p>
		<p>OMS</p>	<p>vii) Protocolos de atendimento nos diferentes níveis quanto à prestação dos cuidados maternos e neo-natais definidos e implementados em todas as estruturas de saúde do país</p>		<p>70,000 \$</p>

Produtos	Actividades principais de UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2015 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal structure nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
<p>3.2.1.A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.</p>	<p>1) Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo à nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UD, reinserção social de reclusos, entre outros)</p> <p>2) Reforço das capacidades municipais para a planificação a organização e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres</p> <p>3) Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo</p> <p>4) Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos</p>	<p>UNICEF</p> <p>OMS</p>	<p>i) Programa Alargado de Vacinação (PAV) reforçado, incluindo a realização de uma avaliação externa do programa e actualização dos instrumentos de identificação estratégica plurianual do PAV (introdução das novas vacinas e estratégia de eliminação do tempo e da rotabola);</p> <p>ii) Estratégia mundial de erradicação da Poliomielite implementada e monitorizada a nível nacional (Campanha nacional de vacinação, vigilância PFA, plano de contingência...);</p> <p>iii) Programas de subnutrição e fortificação em micronutrientes domiciliária e escolar para redução das carências em micronutrientes (ferro/iodo/Vit-A) aplicados e integrados na iniciativa Escolas Promotoras de Saúde;</p> <p>iv) Programa de Promoção do Aleitamento Materno reforçado com consolidação do Banco de Leite Humano e intervenções realizadas para o Instituto Hospital Amigo da Criança (IHAC);</p> <p>v) Apoio fornecido à implementação do plano de acção para a aceleração da realização dos ODM ligados à saúde infantil (Atenção integrada às doenças da infância, adaptação e aplicação das directrizes para prevenir os óbitos)</p> <p>vi) Apoio técnico fornecido à capacitação em vigilância epidemiológica das doenças entéricas pela vacinação (no âmbito da vigilância integrada das doenças e resposta) e seguimento do programa alargado de vacinação e elaboração dos relatórios;</p> <p>vii) Orientações técnicas da OMS sobre a vigilância integrada das doenças revidadas e implementadas, incluindo a acreditação dos laboratórios;</p> <p>viii) Apoio técnico fornecido ao M. da Saúde para o seguimento da saúde dos recém-nascidos através das coortes dos nascidos vivos</p>	<p>Ministério da Saúde</p> <p>Ministério da Saúde M. Educação INE</p>	<p>40,000 \$</p> <p>176,000 \$</p>
		<p>ONUDC</p>	<p>i) 80 profissionais de saúde com formação especializada em matéria de tratamento das dependências (prece treatment);</p> <p>ii) Protocolo de tratamento e reinserção social das dependências elaborado;</p> <p>iii) Experiência piloto One Stop Shop implementado e avaliado;</p> <p>iv) Alié livre sem drogas criada no Estabelecimento prisional de S. Martinho;</p> <p>v) 80 ONGs e OBCs formadas em matéria de prevenção e tratamento das dependências;</p> <p>vi) 2 Ateliers de socio-profissionais (reinserção social) estabelecidos na Comunidade Terapêutica.</p>	<p>MJ/CCCD &amp; MS; Plataforma das ONG de Cabo Verde</p>	<p>115,000 \$</p>
		<p>PNUD</p>	<p>Capacidade técnica e institucional da DGDAL são reforçadas através de: - monitoragem do sistema de seguimento da descentralização/observatório de descentralização - formação/ troca de experiência dos técnicos e pessoal dirigente da DGDAL em matéria de desenvolvimento e governação local - Espaço de diálogo e de debates sobre a descentralização e acção municipal criado e consolidado através de: - finalização do estudo retrospectivo sobre a descentralização em Cabo Verde (3º produto) - Realização da Cimeira sobre a descentralização - Realização de jornadas de descentralização - Realização do Fórum sobre o Desenvolvimento Local Capacidade dos eleitos e técnicos municipais reforçados e Administração Municipal modernizada através de: - formação e capacitação técnica dos eleitos e quadros dos municípios em gestão municipal e legislação autárquica - Realização de um estudo sobre a intermunicipalidade em Cabo Verde - Modernização administrativa e organizacional em três municípios piloto. - Reestruturação do sistema de apoio aos Municípios pela DGAL com suporte electrónico (on line)</p>	<p>Direção Geral de Administração Local (DGDAL)</p>	<p>150,000 \$</p>
		<p>OIT</p>	<p>Apoio técnico para a reconstrução do website do Centro Nacional de Perdas Sociais (CNPS).</p>	<p>Centro Nacional de Perdas Sociais (CNPS)</p>	<p>40,000 \$</p>
		<p>ONU HABITAT</p>	<p>Adaptadas ao contexto nacional de Cabo Verde, as Linhas Directrizes Internacionais para a Descentralização e Acesso aos Serviços Urbanos de Base para Todos visando preencher os gaps existentes na inclusão das populações urbanas.</p>	<p>MAHOT ANMCV</p>	<p>40,000 \$</p>




Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Cora e Non-core resources)
<p>3.2.2 Resposta intersectorial às necessidades dos direitos à saúde sexual e reprodutiva, particularmente para os jovens e as mulheres.</p>	<p>1) Apoio à elaboração e implementação de documentos estratégicos em Saúde reprodutiva (SR);</p> <p>2) Reforço das capacidades nacionais intersectoriais para a supervisão e coordenação técnica em SR.</p>	UNFPA	<p>i) Programas de Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes e Jovens consolidados e instrumentos de planeificação estratégica elaborados em concertação com os sectores da Saúde/Educação/Juventude/Sociedade Civil</p> <p>ii) Mecanismo definido e funcional de coordenação intersectorial das intervenções para a saúde reprodutiva visando a aceleração da realização dos OMD</p> <p>iii) Visitas de supervisão integrada das estruturas de saúde implementadas e monitorizadas;</p>		200,000 \$
		OMS	<p>i) Estratégias de proximidade com as populações-chave (TS/UD/MSH) elaboradas e implementadas enquadrado no perfil da epidemia do VIH/SIDA - perfil concentrado;</p> <p>ii) Rede das Pessoas que Vivem com VIH reforçada para a implementação dos seus planos de ação</p> <p>iii) Programa de Prevenção da Transmissão Vertical reforçado;</p> <p>iv) Apoio assegurado para o seguimento comunitário das Pessoas que Vivem com o VIH, incluindo mães e crianças, nos pólos de Sotavento e de Barlavento;</p> <p>v) Realização de estudo APIS (AIDS prevention indicators survey) apoiado técnico e financiamento em percenta com o Fundo Global e parceiros nacionais</p>	CCS-SIDA	10,000 \$
<p>3.2.3 Uma resposta multissetorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.</p>	<p>1) Reforço dos mecanismos de recolha de informações e seguimento dos programas IST/VIH/SIDA, Paludismo, tuberculose, com uma atenção particular às populações com comportamentos de risco acrescido</p> <p>2) Reforço da capacidade de implementação e seguimento dos programas para o acesso universal aos serviços IST/VIH/SIDA/TB e Paludismo, incluindo a atenção pilocossocial, com enfoque nos OEV</p> <p>3) Reforço das capacidades para a concepção e implementação de programas de sensibilização, despitagem e tratamento de VIH-SIDA, que dêem uma resposta integrada às populações com comportamentos de risco acrescido, incluindo TPB e UD, e seus parceiros, reclusos, etc.</p> <p>4) Apoio às actividades de prevenção ao uso de drogas, HIV/SIDA, tuberculose e hepatite nas prioridades;</p> <p>5) Apoio à participação das PVH - pessoas vivendo com o VIH - na luta contra a SIDA;</p> <p>6) Prevenção e Tratamento do HIV entre os usuários de droga, em particular mulheres e jovens</p> <p>7) Reforço da cobertura de protecção social para as populações mais vulneráveis</p>	UNFPA			25,000 \$
		UNICEF	<p>i) Apoio técnico fornecido M. Saúde com vista à actualização dos protocolos, guias e instrumentos à luz das directrizes mundiais e regionais de vigilância epidemiológica e seguimento do programa, prevenção, diagnóstico e tratamento do VIH/SIDA e das IST</p> <p>ii) Apoio técnico fornecido e capacitação dos quadros do M. Saúde para a implementação da vigilância epidemiológica do VIH/SIDA de 2ª geração</p> <p>iii) Apoio fornecido ao seguimento do plano estratégico de luta contra a TB, incluindo a implementação de um mecanismo de colaboração intersectorial</p> <p>iv) Apoio técnico fornecido à vigilância epidemiológica da TB/VIH integrada no Sistema de Informação Sanitária</p> <p>v) Apoio técnico fornecido à supervisão e avaliação anual do programa da Tuberculose</p> <p>vi) Apoio técnico fornecido para a actualização das directrizes técnicas da TB e sua implementação</p> <p>vii) Apoio fornecido à planeificação e gestão do programa do paludismo a nível das Delegações de Saúde</p> <p>viii) Orientações técnicas implementadas para o reforço das capacidades de vigilância e de seguimento do programa nacional de luta contra o paludismo</p> <p>ix) Apoio técnico fornecido para a capacitação dos técnicos do M. de Saúde e actualização das medidas de política e directrizes do manejo dos casos conforme a estratégia de eliminação do paludismo</p>	Ministério da Saúde CCS-SIDA	10,000 \$
		OMS			40,000 \$
<b>Efeito 3.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade</b>					
<p>3.3.1 As capacidades das comunidades, particularmente as mais vulneráveis, são fortalecidas para a adopção de práticas essenciais que promovem o desenvolvimento integral dos seus membros, e aumentam a demanda de serviços sociais essenciais.</p>	<p>(3) Programas de defesa nos média sobre o desenvolvimento urbano</p>	ONU HABITAT	<p>i) Concebido e divulgado um vídeo sobre cidadania territorial e urbana (em parceria com a AIOC (Resolução de jornalistas de Cabo Verde) nas comunidades dos bairros informais das Ilhas turísticas (baixista, 3a e 4a).</p>	MANOT AIOC	5,000 \$
<p>3.3.2 O voluntariado nacional é ampliado para assegurar uma cidadania ativa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento a nível local.</p>	<p>Realizar capacitação interna na Agência Nacional do Voluntariado; implementação de um sistema de monitorização, seguimento e avaliação.</p> <p>Consolidar o quadro legal sobre voluntariado</p> <p>Realizar formações para as organizações mobilizadoras de voluntariado sobre a mobilização, gestão dos/as voluntários/as e para a intervenção na comunidade.</p> <p>Elaborar um plano conjunto com o Ministério das Comunidades para a Promoção do Voluntariado na Diáspora</p>	UNV	<p>i) Assistência técnica para desenho e implementação de um sistema de monitoramento e avaliação das organizações mobilizadoras de voluntariado;</p> <p>ii) Assistência técnica ao Corpo Nacional de Voluntários de Cabo Verde para elaboração de estratégia de mobilização de recursos junto ao sector privado</p> <p>iii) Produção e disseminação de inquérito sobre o perfil do voluntariado em Cabo Verde;</p> <p>iv) Elaboração de projeto sobre voluntariado jovem (de inclusão);</p> <p>v) Avaliação do projeto Apoio à implementação de um programa nacional de voluntariado em Cabo Verde.</p>	Corpo Nacional de Voluntários de Cabo Verde	20,000 \$
<b>TOTAL PIAR 3</b>					<b>1,618,500 \$</b>



Nações Unidas  
CABO VERDE  
Juntos na acção

Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2014	
PILAR IV	Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas	
Agência Líder	PNUD	
Agência co-Líder	ONU DC	
Agências participantes	<b>Agência</b>	<b>Orçamento (USD)</b>
	OMS	7,000
	FAO	613,285
	PNUD	3,469,400
	ONU HABITAT	55,000
	OMS	10,000
	UNICEF	30,000
	UNFPA	35,000
	ONUDI	1,017,180
	UNV	1,688
	UNEP	150,000
	UNESCO	10,000
	UNOPS	546,750
<b>TOTAL</b>	<b>5,945,303</b>	
Parceiros nacionais	MS, MDR, INMG, MAHOT, INGRH, MAHOT, MTIE, CN-UNESCO, ONGs, OSC, ACB, CMRB, MED, Plateforme ONGs	

Pelo Governo de Cabo Verde:

  
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros



26/02/2014  
Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

  
Coordenadora Residente



Nações Unidas  
CABO VERDE  
Juntos na acção

26/02/2014  
Data



Plano de Trabalho Anual 2014 ONU UI					
PIAR 1: Sustentabilidade ambiental e adaptação às mudanças climáticas					
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2015	Agência	Objectivo Anual 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo Disponível (Recursos Core + Non-core)
<p><b>Objetivo 4.1. As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, de mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.</b></p>					
<p><b>4.1.1 O quadro legal e regulamentar de governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação</li> <li>• Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal</li> <li>• Apoio à implementação das questões relativas às Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planeamento do desenvolvimento com uma atenção especial às questões de género e dos ecossistemas humanos.</li> <li>• Apoio na identificação e implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana</li> </ul>	OMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Relatório nacional de avaliação dos riscos ambientais para a saúde elaborado e publicado</li> <li>ii) Apoio técnico ao Ministério da Saúde para elaboração de um plano de preparação e resposta a situações de urgência</li> <li>iii) Apoio aos comités técnicos multisectoriais de coordenação para o seguimento da implementação da Declaração de Liberdade e do plano de acção de adaptação da saúde pública às mudanças climáticas</li> <li>iv) Elaboração/adaptação e divulgação de normas e directivas sobre os riscos ambientais e profissionais para a saúde.</li> </ul>	Ministério da Saúde	7,000 \$
		FAO	i) Apoio à criação de espaços verde através do Projeto Florestas urbanas e agrícolas periurbanas	MIR/BOCADR	150,000 \$
		FAO	i) Apoio de emergência a famílias vulneráveis em Cabo Verde afectadas pela insegurança alimentar e a malnutrição	MDR	463,285 \$
		PNLD	i) Aprovação da Resolução de DL 3/2003 sobre o regime jurídico das AP. ii) Assistência técnica para a revisão do quadro legal e institucional para a mitigação de riscos de desastres na planificação sectorial e do desenvolvimento e ordenamento do território	DSG/MAHOT DGOFCU/MAHOT	
		PNLD	i) Assistência técnica para desenvolvimento de ferramentas para a integração efectiva dos riscos e oportunidades das Mudanças climáticas nos processos de planeamento, organização e seguimento de programas e planos de acção. ii) Assistência técnica para a revisão do quadro legal e institucional para a mitigação de riscos de desastres na planificação sectorial e do desenvolvimento e ordenamento do território	MDR	2,234,000 \$
<p><b>4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais associados ao género, às crianças e à juventude.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação</li> <li>• Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal</li> <li>• Apoio aos mecanismos de integração das questões relativas às Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planeamento do desenvolvimento com uma atenção especial às questões de género e dos ecossistemas humanos.</li> <li>• Apoio na identificação e implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana</li> </ul>	PNLD	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Desenvolvimento dum quadro regulamentar e mecanismos institucionais para a produção e recolha de dados em todos os sectores para o inventário sistemático de Gases a efeito de estufa no quadro da convenção UNECCC</li> <li>ii) Reforço de capacidades para a análise das mudanças climáticas e os seus impactos nos diferentes sectores (downscaling and forecasting)</li> <li>iii) Desenvolvimento de capacidades para a formulação e financiamento de projectos de mitigação de emissões de carbono através dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpas (MDL)</li> </ul>	INMG	213,000 \$
		ONU HABITAT	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Em parceria com as autoridades locais, promoção da sensibilização da população sobre os resíduos sólidos, reciclagem, espaços verdes (plantação de árvores, com criação de espaços de lazer) e eficiência energética.</li> <li>ii) Guias e manuais de boas e más práticas sobre o território, particularmente nos bairros informais elaborados.</li> <li>iii) Censos e dinamizados os conselhos municipais das cidades.</li> <li>iv) Campanhas visíveis de ventilação em coberturas territoriais e urbanas nos bairros informais, com base nos modelos de campanhas "Um a Um" e "Cidades mais verdes".</li> <li>v) Conhecidas mini projectos "Bairros Criativos", em parceria com o Ministério da Cultura.</li> </ul>	MAHOT, MEM, Ministério Cultura, ANMVC, Plataforma ONGs	55,000 \$
		OMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>i) Memberos dos comités técnicos multisectoriais e de coordenação e pontos focais das diferentes instituições capacitados na avaliação dos riscos ambientais para a saúde</li> <li>ii) Apoio técnico para a integração nos Planos intersectoriais de questões ambientais e de saúde</li> <li>iii) Pontos focais de diferentes instituições e das comissões nacionais de coordenação intersectorial capacitados na gestão de catástrofes e situações de emergência associadas ao clima</li> </ul>	MS	10,000 \$

Problema	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objetivo Anual 2015 (Resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo Disponível (Recursos Core + Non-core)
4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de outros serviços aos desastres naturais relacionados ao género, às crianças e à juventude.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação Ambiental e Programas de formação profissionalizante no domínio ambiental</li> <li>• Reforço das capacidades sectoriais na formulação de políticas e programas de gestão ambiental, incluindo a prevenção, redução e resposta aos desastres, incluindo enfoque na integração do género e questões das crianças/jovens.</li> <li>• Reforço aos Sistemas Nacionais de Estatística Ambiental, Informação Ambiental (SIA) e Água</li> <li>• Apoio à implementação de Programas estratégicos PAQRH, PMA II, INPA, INMA, Plano Nacional de Saneamento</li> </ul>	PNUD	<ul style="list-style-type: none"> <li>(I) Base de dados de desastres e estatísticas web para reporte de ocorrência como base do Observatório Nacional de Desastres operacional</li> <li>(II) Reforçadas as capacidades para avaliação de risco e mapeamento informado de ocorrência de desastres</li> <li>(III) Formação em "data entry" dirigida a instituições nacionais e locais</li> <li>(IV) Perfil nacional de perigos, incluindo avaliação de perigos de epidemias, é consolidado e integrado no SMIR (Sistema Nacional de Informação de Riscos)</li> <li>(V) Análise de Vulnerabilidade e Perfil de Riscos nacional consolidado e integrado no Sistema Nacional de Informação sobre Riscos (SNIR)</li> <li>(VI) Manual Quadro Institucional Legal para a redução de riscos de desastres e propostas de melhoria e atualizações</li> <li>(VII) Histórico de capacidades em sistemas de informação geográfica (SIG) aplicados a avaliação de perigos e riscos de desastres e a gestão de desastres</li> </ul>	SNICL/MAHOT	75,000 \$
		UNICEF			30,000 \$
		UNFPA			
4.1.3 A planificação e implementação de políticas de crescimento "verde" apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração da agenda energética nacional no desenvolvimento de baixo carbono.</li> <li>• Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa</li> <li>• Reforço das capacidades nacionais para a implementação de estratégias de gestão de resíduos</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento de tecnologias para a energia solar, energia eólica e biomassa para maior eficiência energética a nível doméstico e institucional</li> <li>• O documento de projeto de integração da conservação da biodiversidade no desenvolvimento do sector turístico e nas operações turísticas e do sector das praias é elaborado e submetido ao Secretariado do GEF para a sua aprovação</li> </ul>	PNUD	<ul style="list-style-type: none"> <li>(I) As capacidades nacionais são reforçadas para a identificação de medidas apropriadas de mitigação das emissões de gases de efeito de estufa</li> <li>(II) MDMs (Inventários sectoriais nacionais de médias apropriadas de mitigação dos gases com efeito de estufa são elaborados e submetidos ao registo do UNFCCC)</li> <li>(III) Sector do Turismo (Hotéis e Pousadas) Implementam Produção mais Limpa</li> <li>(IV) Empresa e organizações conhecem e implementam metodologias de Produção mais Limpa e o Plano Nacional de Produção mais Limpa é implementado pelas Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços</li> <li>(V) Dois projetos de demonstração de energias renováveis concebidas e implementados em cinco ilhas: S. Nicolau, Brava, S. Vicente, SAI, Santiago e S. Antão</li> <li>(VI) Estudo de opções para fornecer 100% de energia renovável conduzido para Brava</li> <li>(VII) Regulação, estratégia e plano de acção para o desenvolvimento de tecnologias de pequena e média escala de energias renováveis</li> <li>(VIII) 50 Meninos capacitados em técnicas de energias renováveis: HOMER/RETScreen, Sistemas Híbridos para electrificação rural e Energia Eólica</li> <li>(IX) Doze sistemas de iluminação solar instalados em campos de futebol, pavilhões e mercados locais</li> <li>(X) Auditoria Energética efectuada às Casas de Cultura e respectivos investimentos em energias renováveis e medidas de eficiência energética identificadas</li> </ul>	DDA/MAHOT DGD/UMAHOT	40,000 \$
		ONUDI			5,000 \$
4.1.3 Planificação e implementação de políticas de crescimento "verde" apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração da agenda energética nacional no desenvolvimento de baixo carbono.</li> <li>• Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa</li> <li>• Reforço das capacidades nacionais para a implementação de estratégias de gestão de resíduos</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento de tecnologias para a energia solar, energia eólica e biomassa para maior eficiência energética a nível doméstico e institucional</li> <li>• O documento de projeto de integração da conservação da biodiversidade no desenvolvimento do sector turístico e nas operações turísticas e do sector das praias é elaborado e submetido ao Secretariado do GEF para a sua aprovação</li> </ul>	UNV	<ul style="list-style-type: none"> <li>(I) Plano Nacional de Implementação da Convenção de Etorulho sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) em Cabo Verde actualizado</li> <li>(II) Acções nacionais preparadas para gerir os dez novos POPs com competências técnicas reforçadas.</li> <li>(III) Inventário de e- waste realizado em Cabo Verde e uma estratégia para a sua gestão elaborada.</li> </ul>	MC	5,000 \$
					170,000 \$
4.1.3 Planificação e implementação de políticas de crescimento "verde" apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração da agenda energética nacional no desenvolvimento de baixo carbono.</li> <li>• Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa</li> <li>• Reforço das capacidades nacionais para a implementação de estratégias de gestão de resíduos</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento de tecnologias para a energia solar, energia eólica e biomassa para maior eficiência energética a nível doméstico e institucional</li> <li>• O documento de projeto de integração da conservação da biodiversidade no desenvolvimento do sector turístico e nas operações turísticas e do sector das praias é elaborado e submetido ao Secretariado do GEF para a sua aprovação</li> </ul>	PNUD	<ul style="list-style-type: none"> <li>(I) O sistema de bombagem solar para a reciclagem da água da ETAR de Santa Cruz instalado</li> <li>(II) Acções demonstrativas de adaptação às mudanças climáticas são concluídas: <ul style="list-style-type: none"> <li>20 hectares de terrenos agrícolas recebem o sistema de irrigação "gota-a-gota"</li> <li>100 hectares de terrenos agrícolas recebem o sistema de irrigação "gota-a-gota"</li> <li>Até menos 2 sistemas de bombagem solar instalados (Santo Antão e Santiago)</li> <li>Até menos 2 sistemas de captação de água dos rios instalados (Santo Antão e Santiago)</li> </ul> </li> <li>(III) Os pacotes tecnológicos de desmineração de boças gráficas de gestão de água e clima-smart, agricultura são elaborados</li> <li>(IV) Programa de pesquisa sobre agricultura adaptada às mudanças climáticas e condições de segurança para a rentabilização de águas residuais na agricultura é apoiado</li> <li>(V) Assistência técnica para o desenho de padrões, métodos e regulações de segurança para a reutilização de águas residuais na agricultura.</li> </ul>	-INGRH/MAHOT -INDA/DGADR-MDR	200,000 \$
		PNUD	<ul style="list-style-type: none"> <li>(I) O documento do projeto "Eficiência energética no sector de construçoes e electrodomésticos" é validado e submetido ao Secretariado do GEF para aprovação</li> <li>(II) Concertação institucional para a identificação de actores chave para a melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos, são realizadas</li> <li>(III) Acções de sensibilização e reforço técnico organizadas sobre boas práticas e vantagens da arquitectura bioclimática para atingir a eficiência energética e um desenvolvimento de baixo carbono</li> </ul>	OSE/INTE DOA/MAHOT	76,000 \$



Produtos	Actividades principais do UNDP para 2012-2016	Agência	Objectivo Resul 2016 (resultados esperados no fim do ano depois de implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core e Non-core)
Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.					
<p>4.2.1 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e implementação das reservas da biosfera.</li> <li>• Consolidação do sistema das áreas protegidas</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação de biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis</li> <li>• Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de conservação de biodiversidade marinha e terrestre</li> <li>• Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a gestão do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo.</li> <li>• Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes.</li> </ul>	<p>PNLD</p>	<p>PNLD</p>	<p>i) As normativas dos planos de gestão de 14 áreas protegidas são aprovadas e publicadas no Boletim oficial  ii) As normativas de 7 planos de eco-turismo são aprovadas e publicadas no Boletim oficial  iii) Finalização da legislação (do Decreto-Lei nº 3/2003 sobre Áreas Protegidas)  iv) 40 Associações locais e ONGs são envolvidas em actividades inovadoras a gestão sustentável dos recursos naturais enquadradas na legislação dos planos de gestão, das pequenas intervenções previstas pelo projecto, etc)  v) 1000 famílias de residentes locais são beneficiárias do projecto  vi) Os quadros do Organismo Autónomo das Áreas Protegidas (OAP), a nível central e local são actualizados no Planeamento e Gestão das APA, S/G  vii) Os estudos preliminares de sobre desenvolvimento comunitário (socioeconómico) e biodiversidade das 14 áreas protegidas são actualizados  viii) 6 Documentos Detalhados dos Planos de Gestão, 7 Documentos Detalhados de Planos de Eco-turismo são aprovados  ix) Fórum sobre Definição de melhores indicadores para a recolha de dados que traduzam o esforço de conservação das Tarangais Marinhas  x) Fórum sobre Definição de melhores indicadores para a recolha de dados que traduzam o esforço de conservação das Tarangais Marinhas  xi) O plano de intervenção do projecto são finalizadas e os padrões para a simulação e infraestruturas de interpretação e orientação nas APA são aprovadas.</p>	<p>MANOT-DGA</p>	<p>957,000 \$</p>
<p>4.2.2 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e implementação das reservas da biosfera.</li> <li>• Consolidação do sistema das áreas protegidas</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação de biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis</li> <li>• Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de conservação de biodiversidade marinha e terrestre</li> <li>• Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a gestão do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo.</li> <li>• Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes.</li> </ul>	<p>PNLD</p>	<p>PNLD</p>	<p>ii) O documento do Projecto (PRODOC) "Integração da conservação da biodiversidade nos sectores do turismo e pesca é validado e submetido ao GEF  Análise sobre a integração do turismo sustentável (a paleontologia sectorial) realizado</p>	<p>MANOT-DGA  MTIE</p>	<p>102,000 \$  67,000 \$</p>
<p>4.2.3 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e implementação das reservas da biosfera.</li> <li>• Consolidação do sistema das áreas protegidas</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação de biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis</li> <li>• Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de conservação de biodiversidade marinha e terrestre</li> <li>• Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a gestão do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo.</li> <li>• Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes.</li> </ul>	<p>UNEP</p>	<p>UNEP</p>	<p>i) Desenvolvimento e aplicação de ferramentas para a gestão durável dos recursos marinhos e costeiros na eco-região WAMER.  ii) Melhora da contribuição dos produtores turísticos para a segurança alimentar no país através de apoio a iniciativas de transformação.  iii) Capacidades das organizações da sociedade civil e parlamentares são reforçadas para promover políticas públicas de pesca sustentável e conservação da biodiversidade.</p>	<p>WWF-DGP/DGA</p>	<p>200,000 \$</p>
<p>4.2.4 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e implementação das reservas da biosfera.</li> <li>• Consolidação do sistema das áreas protegidas</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação de biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis</li> <li>• Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de conservação de biodiversidade marinha e terrestre</li> <li>• Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a gestão do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo.</li> <li>• Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes.</li> </ul>	<p>UNESCO</p>	<p>UNEP</p>	<p>i) Investimento dos processos de monitorização nacionais relacionados com o desenvolvimento, a GIBRI, a eficiência do uso da água e do meio ambiente de GIBRI, revisão e avaliação das necessidades de serviços institucionais existentes para a gestão da água disponível  ii) Apoio ao processo nacional de consulta através da melhoria da capacidade de análise e desenvolvimento de planos de gestão integrada dos recursos hídricos  iii) Estratégias para a formação especializada em GIBRI para os membros do Apex com especial consideração das questões de género e desenvolvimento para Cabo Verde  iv) Protecção dos recursos hídricos subterráneos, estabilização dos terrenos costeiros e promoção de actividades produtivas em áreas costeiras através do planeamento e gestão integrada da recolha, tratamento e reutilização de águas residuais demonstrados no "Larrafal", ilha de Santiago.</p>	<p>MANOT-DGA</p>	<p>350,000 \$</p>
<p>4.2.5 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e implementação das reservas da biosfera.</li> <li>• Consolidação do sistema das áreas protegidas</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação de biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis</li> <li>• Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de conservação de biodiversidade marinha e terrestre</li> <li>• Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a gestão do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo.</li> <li>• Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes.</li> </ul>	<p>UNESCO</p>	<p>UNESCO</p>	<p>Capacities to engendered in the integration of ESD into national Education Policies</p>	<p>MED</p>	<p>10,000 \$</p>

Produtos	Actividades principais do UNDP para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2014 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional (responsável)	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projetos comunitários de gestão sustentável dos recursos naturais.					
<p>4.3.1 O empolamento socioeconómico das populações vulneráveis, em especial as mulheres e os jovens, é melhorado com a promoção de práticas sustentáveis de uso sustentável dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço das capacidades das comunidades na habitação e gestão das áreas florestais</li> <li>Apóio a programas de promoção socioeconómica das populações vulneráveis, com ênfase nas mulheres e jovens para o uso sustentável dos recursos naturais e de eliminação das práticas nocivas ao ambiente</li> <li>Apóio a iniciativas específicas dirigidas às mulheres e jovens no uso sustentável de terras agrícolas e florestais</li> <li>Reforço/Criação de programas sustentáveis de reconstrução das actividades de ocupação das mulheres na extração de lençóis</li> </ul>	UNDP	<p>i) Se cinco projectos de iniciativa comunitária nos sectores de habitação e recursos naturais nas áreas protegidas são apoiados</p> <p>ii) Capacidade a implementação de tecnologia de baixo carbono aprofundada em todo o projecto a nível comunitário e regional das emissões de gases de efeito de estufa em 4 comunidades rurais no azeiteiro</p> <p>iii) 7 iniciativas que reforçam as capacidades de resiliência às mudanças climáticas e que ao mesmo tempo promovem a gestão integrada de recursos naturais, em comunidades rurais e vulneráveis são implementadas, com especial ênfase no empoderamento das mulheres e na equidade de género nas ilhas de Boavista, Santo Antão e Brava</p> <p>iv) Capacidade de 140 Organizações da Sociedade Civil (OSC) são reforçadas nos domínios de identificação e elaboração de projectos, monitorização e avaliação de projectos, implementação e divulgação de projectos, e áreas locais do GEF, como forma de promover respostas articuladas aos desafios ambientais e às prioridades nacionais</p>	NGOS CSO CBA	546,750 \$
Total Pilar 4					5,945,309 \$